

FABIANO CARVALHO
SÉRGIO RIZZI
TERESA ARRUDA ALVIM
Organizadores

RECURSOS

Homenagem ao Professor Rodrigo O. Barioni

VOLUME I

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



● Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinatti • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Recursos: homenagem ao Professor Rodrigo O. Barioni - Volume 1 / Fabiano Carvalho, Sérgio Rizzi, Teresa Arruda Alvim (orgs). Londrina, PR: Thoth, 2023.

Inclui Bibliografias.

772 p.

ISBN: 978-65-5959-568-6

1. Recurso. 2. Apelação. 3. Ações de Família. I. Carvalho, Fabiano. II. Rizzi, Sérgio. III. Teresa Arruda Alvim.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
HOMENAGEM A RODRIGO OTÁVIO BARIONI	19
APRESENTAÇÃO I	21
APRESENTAÇÃO II	23
NOTA PRÉVIA	25

TÍTULO 1

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO 1

Anselmo Prieto Alvarez

Wanessa de Cássia Françolin

A QUIESCÊNCIA DA PARTE EM RELAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL COMO ATO INCOMPATÍVEL COM O DIREITO DE RECORRER	45
Considerações iniciais	45
1.1 A quiescência em relação à decisão judicial	46
1.2 As formas de aceitação e suas nuances	50
1.3 Meios eficazes de fazer a reserva ou ressalva necessária para não incorrer em aceitação tácita	53
Conclusões	57
Referências	58

CAPÍTULO 2

Arlete Inês Aurelli

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	61
Introdução	61
2.1 Do juízo de admissibilidade recursal	63
2.1.1 Competência	63
2.2 Conteúdo do juízo de admissibilidade	64
2.2.1 Requisitos intrínsecos	65
2.2.1.1 Cabimento (vide art. 994; art. 1003; art. 1007 e art. 1010 CPC/15)	65
2.2.1.2 Legitimidade recursal (art. 996 CPC/15)	66
2.2.1.3 Interesse recursal (art. 996 CPC/15)	66

2.2.2 Requisitos extrínsecos.....	66
2.2.2.1 Tempestividade (art 1066 e 1003 principalmente §5º e 1004 novo CPC)..	66
2.2.2.2 Regularidade formal (art. 1010 CPC/15).....	67
2.2.2.3 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo ao poder de recorrer (arts. 998, 999, 1000, parágrafo único, CPC/15).....	67
2.2.2.4 Preparo (1007 novo CPC).....	68
2.3 Requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais.....	68
2.3.1 Decisão de única ou última instância.....	68
2.3.2 Causa decidida.....	69
2.3.3 Prequestionamento – súmulas 282 F. 356 DO STF.....	69
2.4 Questão exclusivamente de direito.....	70
2.5 Repercussão geral para o recurso extraordinário e relevância da questão federal para o recurso especial.....	71
Conclusões.....	81
Referências.....	82

CAPÍTULO 3

Eduardo Cambi

Letícia de Andrade Porto

DIREITO AO RECURSO EFETIVO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ARTIGO 25 DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	85
Introdução.....	85
3.1 A convenção americana sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro	86
3.2 O direito ao recurso efetivo em matéria de direitos humanos	91
Artigo 25. Proteção judicial.....	92
Conclusões.....	99
Referências.....	100

CAPÍTULO 4

João Batista Lopes

Maria Elizabeth de Castro Lopes

SISTEMA RECURSAL: NECESSIDADE DE SIMPLIFICAÇÃO PARA GARANTIA DA PRESTEZA DA JURISDIÇÃO.....	103
Considerações gerais.....	103
4.1 Sistema recursal brasileiro e seus problemas.....	104
4.2 Alterações no agravo e na apelação	105
4.3 Outras alterações para a simplificação do julgamento dos recursos.....	106
Referências.....	108

CAPÍTULO 5**José Alexandre Manzano Oliani**

O EFEITO TRANSLATIVO NO RECURSO ESPECIAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO E DA NÃO SURPRESA	111
5.1 O efeito translativo dos recursos.....	111
5.2 O efeito translativo no recurso especial.....	112
5.3 Os princípios da primazia do julgamento de mérito e da proibição de decisão surpresa no Código de Processo Civil de 2015.....	114
5.4 O efeito prático dos princípios da primazia do julgamento de mérito e da proibição de decisão surpresa na fase de rejuízo do recurso especial....	118
Referências	121

CAPÍTULO 6**Leonardo Ferres da Silva Ribeiro**

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO ÂMBITO RECURSAL E OS INSTRUMENTOS PARA SEU REQUERIMENTO ...	123
Prólogo	123
6.1 Uma rápida nota sobre a <i>tutela provisória</i> no CPC/2015.....	124
6.2 A tutela provisória no âmbito recursal: regra geral	125
6.3 Um pouco de reminiscência acerca da concessão de efeito suspensivo no plano recursal à luz do CPC/73.....	127
6.4 Os atuais instrumentos para requerimento da tutela provisória no âmbito recursal.....	128
6.4.1 Tutela provisória na apelação.....	130
6.4.2 Tutela provisória no agravo de instrumento e no agravo interno.....	131
6.4.3. Tutela provisória nos embargos de declaração.....	132
6.4.4 Tutela provisória nos recursos especial e extraordinário.....	133
Conclusões	135
Referências	139

CAPÍTULO 7**Luciano Vianna Araújo**

RECURSOS DO RECORRIDO (ART. 997, §1º, E ART. 1.009, § 1º, DO CPC)	141
A homenagem	141
Introdução: objetivo do texto	142
7.1 Recurso adesivo/subordinado.....	143
7.2 Origem histórica	144
7.3 Direito estrangeiro.....	145
7.4 Nomenclatura.....	148
7.5 O regime do recurso adesivo/subordinado.....	149

7.5.1 Natureza jurídica.....	151
7.5.2 Legitimidade recursal.....	152
7.5.3 Requisitos de admissibilidade.....	153
7.5.3.1 Interposição e prazo especificamente.....	155
7.5.3.2 Cabimento especificamente.....	156
7.5.4 Subordinação ao recurso <i>principal</i>	157
7.6 Recurso adesivo/subordinado <i>condicionado</i>	158
7.7 Recurso adesivo/subordinado <i>condicionado cruzado</i>	159
7.8 Apelação principal e adesiva pela mesma parte	160
7.9 Recurso contra decisão interlocutória não recorrível imediatamente (art. 1.009, parágrafo 1º, do cpc).....	162
7.9.1 O princípio da correspondência no cpc/1973.....	163
7.9.2 O princípio da correspondência no cpc/2015.....	163
7.9.2.1 O tema 988 do superior tribunal de justiça.....	165
7.9.3 Recurso do recorrido.....	167
7.9.4 A autonomia das contrarrazões.....	170
7.9.5 Direito intertemporal.....	171
Conclusões	172
Referências	173

CAPÍTULO 8

Luiz Antonio Ferrari Neto

ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL E SEUS REFLEXOS PARA A PRÁTICA FORENSE.....	177
8.1 A Tutela de urgência	177
8.2 A eficácia da decisão que concede tutela de urgência e a busca por sua modificação / revogação.....	178
8.3 A concessão da tutela de urgência na sentença.....	179
8.4 A prolação de acórdão pelo tribunal local e a necessidade de suspensão de eficácia desta decisão (ou necessidade de concessão de tutela antecipada recursal).....	180
8.5 O requerimento e revisão de tutela de urgência perante os tribunais superiores.....	182
8.6 A superveniência do julgamento de mérito dos pedidos face à tutela de urgência previamente concedida.....	183
8.7 Cumprimento provisório da tutela de urgência	186
Referências	189

CAPÍTULO 9

Ricardo Amin Abrahão Nacle

A RECORRIBILIDADE DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.....	191
9.1 Sobre o homenageado	191

9.2 Idas e vindas: a procura por um sistema perfeito	192
9.3 O CPC de 2015 e o tema 988 do STJ.....	195
9.4 A decisão de saneamento e organização do processo: recorribilidade imediata ou diferida?.....	201
Referências	207

CAPÍTULO 10

Rogério Licastro Torres de Mello

INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NOS RECURSOS.....	209
Dedicatoria	209
10.1 A trilha entre (i) a clara demarcação de atividades em tipos processuais específicos e o (ii) sincretismo processual.....	211
10.2 Não apenas as espécies de processos, mas também as fases processuais não são excludentes umas das outras.	214
10.3 Instrução e recursos	215
10.4 Livre convencimento motivado e poderes instrutórios: ausência de preclusão <i>pro judicato</i>	217
10.6 Limites da instrução probatória em 2º grau de jurisdição.....	224
10.7 Alguns casos concretos.....	226
Referências	228

TÍTULO 2

AMPLIAÇÃO DA COLEGIALIDADE

CAPÍTULO 1

Letícia Zuccolo Paschoal da Costa Daniel

A AMPLIAÇÃO DA COLEGIALIDADE EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSP, A PARTIR DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO PELO STJ NO RESP 1.833.497/TO.....	233
1.1 Uma justíssima homenagem	233
1.2 O julgamento do resp 1.833.497/to e a mais recente posição do STJ sobre a ampliação de colegialidade em sede de embargos de declaração.....	234
1.3 A metodologia utilizada para análise da atual posição do TJSP	237
1.4 O resultado encontrado.....	237
Propostas conclusões	242
Referências	243

CAPÍTULO 2

José Maria Câmara Junior

A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA TÉCNICA DE JULGAMENTO ESTENDIDO PREVISTA NO ART. 942 DO CPC DIANTE DO PROJETO DE LEI N.º 3055/2020	245
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Conclusão.....	257
Referências	258

TÍTULO 3

APELAÇÃO

CAPÍTULO 1

Luiz Sérgio de Souza Rizzi

A INTERPRETAÇÃO NA OBRA “EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CIVIL” DE RODRIGO OTÁVIO BARIONI	263
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 2

William Santos Ferreira

APELAÇÃO DAS INTERLOCUTÓRIAS E ADESIVIDADE TÉCNICA, CULTURA E IMPORTÂNCIA SISTÊMICA.....	275
2.1 Rodrigo Barioni.....	275
2.2 Decisão interlocutória e Sentença.....	276
2.3 Pronunciamentos judiciais apeláveis	277
2.4 Decisões interlocutórias apeláveis e o sistema de adesividade	278
2.5 Matérias de conhecimento <i>ex officio</i> e a desnecessidade de recurso.....	284
2.6 Contraditório das decisões interlocutórias apeláveis.....	285
Conclusão.....	285
Referências	286

TÍTULO 4

AGRAVO

CAPÍTULO 1

Cristiane Druve Tavares Fagundes

OREGIME JURÍDICO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO NA VISÃO JURISPRUDENCIAL.....	291
Notas introdutórias: as decisões interlocutórias de mérito e sua recorribilidade..	291
1.1 Debate acerca do regime jurídico do agravo de instrumento.....	294
1.2 Posicionamento jurisprudencial	296
1.2.1 Sustentação oral.....	296
1.2.2 Juízo de retratação.....	299
1.2.3 Agravo de Instrumento Adesivo.....	302
1.2.4 Teoria da causa madura.....	306
1.2.5 Recorribilidade em preliminar de agravo de instrumento das interlocutórias anteriores àquela de mérito (art. 1.009, § 1º).....	309
1.2.6 Efeito suspensivo automático.....	311

Conclusões	316
Referências	317

CAPÍTULO 2

Fernanda Pagotto Gomes Pitta

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO COMO MECANISMO DE SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES	319
Introdução.....	319
2.1 Breves considerações sobre precedentes e sua superação.....	320
2.2 O problema da superação de precedentes no Brasil.....	322
2.3 O agravo em recurso especial e extraordinário como mecanismo de superação dos precedentes.....	323
Conclusão.....	332
Referências	333

CAPÍTULO 3

Stella Economides Maciel

REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES DA COGNIÇÃO DO JULGADOR NO JULGAMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO....	335
Introdução.....	335
3.1 Normas de ordem pública.....	337
3.2 Agravo de instrumento interposto pelo réu, em face da decisão que concedeu tutela provisória de urgência ao autor.....	342
3.3 Decisão recorrida que deixa de observar enunciado de súmula.	343
3.4 Pedido equivocado da parte recorrente.....	345
Conclusões	346
Referências	347

CAPÍTULO 4

Teresa Arruda Alvim

O AGRAVO INTERNO, VERSÃO SÉCULO XXI – OS LIMITES DA SUA FUNÇÃO, NO CONTROLE DE RESPEITO AOS PRECEDENTES	349
Sobre o homenageado.....	349
4.1 O “agravinho”	350
4.2 Hipóteses de cabimento	350
4.3 Decisão do relator	352
4.4 Precedentes qualificados ou de vinculação forte - Reclamação	359
4.5 O agravo interno como instrumento de “controle” de respeito aos precedentes.....	363
4.6 Ponto final?.....	369
Referências	371

TÍTULO 5

RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES

CAPÍTULO 1

Daniel Mitidiero

O ÔNUS DE ALEGAR CONTRARIEDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	375
Introdução	375
1.1 ônus de alegar contrariedade e cotejo analítico.....	375
1.2 ônus de alegar contrariedade ao precedente.....	377
Considerações finais	385
Referências	385

CAPÍTULO 2

Fabiano Carvalho

O RETORNO DA “JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE” E A ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA NO RECURSO ESPECIAL	389
A homenagem	389
2.1 A “novidade” e o problema	390
2.2 Um caso ilustrativo do problema.....	395
2.3 Proposta para compreender “jurisprudência dominante” como presunção de relevância de questão de direito federal no recurso especial	396
Conclusão.....	402
Bibliografia	402

CAPÍTULO 3

Georges Abboud

ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA E O OCASO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO: POR UMA REINTERPRETAÇÃO DA RECLAMAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	405
Uma homenagem ao prof. Rodrigo Barioni.....	405
3.1 A aposta brasileira na “fórmula da repetitividade”	406
3.2 O caso do REsp repetitivo?.....	407
3.3 A questão da reclamação constitucional: necessidade de o STJ revisar sua admissibilidade restritiva	409
Observações finais	413
Referências	414

CAPÍTULO 4

Gilson Delgado Miranda

Patricia Miranda Pizzol

A REPERCUSSÃO GERAL E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	417
-------------------------------------------------------	-----

4.1 Conceito e finalidade.....	417
4.2 Repercussão geral (CI/88) e arguição de relevância (CF/67).....	421
4.3 Juízo de admissibilidade ou ato de avaliação política?	426
4.4 Aspectos procedimentais.....	429
4.5 A repercussão geral na visão do STF	433
Bibliografia	439

CAPÍTULO 5

Luís Eduardo Simardi Fernandes

O PREQUESTIONAMENTO FÍCTO E A POSIÇÃO DO STJ.....	441
Introdução.....	441
5.1 O prequestionamento	442
5.2 A conduta da parte para obter o prequestionamento	443
5.3 O prequestionamento ficto.....	446
5.4 A posição do STJ e a sua Súmula 211	448
Notas de concho conclusivo.....	450
Referências	451

CAPÍTULO 6

Olavo de Oliveira Neto

Pedro Pierobon Costa do Prado

PREQUESTIONAMENTO E O ART. 1.025, DO CPC.....	453
Introdução.....	453
6.1 Acepções de prequestionamento	456
6.2 Matérias de ordem pública	459
6.3 Embargos de declaração com finalidade de prequestionamento.....	461
Conclusão.....	466
Bibliografia	467

CAPÍTULO 7

Osmar Mendes Paixão Côrtes

A FUNGIBILIDADE ENTRE RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO: DO CPC À REALIDADE DOS TRIBUNAIS.....	471
Delimitação do tema.....	471
7.1 Considerações sobre a recorribilidade extraordinária: justificativa para o cabimento estrito	471
7.2 A fungibilidade recursal.....	478
7.3 A dupla interposição e a fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário.....	480
7.4 Como tem sido a aplicação da regra pelas Cortes Superiores	483
Referências	487

CAPÍTULO 8**Rafael Motta e Correa**

OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS E O RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA: A INCONGRUÊNCIA SISTEMÁTICA NO CPC/15	489
Introdução.....	489
8.1 A questão de direito constitucional repetitiva e a criação do instituto da repercussão geral do recurso extraordinário.....	491
8.3 A versão do texto original do CPC/15: a Repercussão Geral e o Recurso Extraordinário Repetitivo.....	497
8.4 O instituto da Repercussão Geral após a Lei 13.256/2016 e a morte do Recurso Extraordinário Repetitivo mesmo antes de sua vigência.....	501
Conclusão.....	506
Bibliografia.....	507

CAPÍTULO 9**Rodrigo Fux**

OS RECURSOS REPETITIVOS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	511
Introdução.....	511
9.1 A Análise Econômica do Direito.....	512
9.2 Breve Percurso Histórico da Análise Econômica do Direito.....	512
9.3 Os impactos da Análise Econômica do Direito no Código de Processo Civil de 2015 e na Jurisprudência Nacional.....	517
9.4 Os Recursos Repetitivos à Luz da Análise Econômica do Direito.....	520
Conclusões.....	527
Referências.....	528

CAPÍTULO 10**Thereza Alvim****Eduardo Arruda Alvim****Rosane Pereira dos Santos****Ígor Martins da Cunha**

EFETOS DEVOLUTIVO E TRANSLATIVO NO RECURSOS ESPECIAL: A POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE QUESTÕES COGNOSCÍVEIS DE OFÍCIO.....	531
Introdução.....	532
11.1 Efeito Devolutivo e o Recurso Especial.....	532
11.2 Efeito translativo noções gerais.....	538
11.3 O efeito devolutivo e translativo no recurso especial, analisados levando em consideração as fases de julgamento do recurso especial: o âmbito de cognição exercido pelo STJ.....	541

Conclusão.....	551
Bibliografia.....	552

TÍTULO 6

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

CAPÍTULO 1

Arthur Ferrari Arsuffi

Rita Dias Nolasco

QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	557
O Homenageado: Rodrigo Barioni.....	558
Introdução.....	558
1.1 Embargos de Divergência: Generalidades.....	561
1.2 A necessária observância do Acórdão proferido em sede de Embargos de Divergência.....	571
Conclusão.....	575
Bibliografia.....	576

CAPÍTULO 2

Marcus Vinícius de Abreu Sampaio

AS DECISÕES DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA E O SEU EFEITO VINCULANTE.....	579
Introdução.....	579
2.1 Origem e natureza dos embargos de divergência.....	582
2.2 Mecanismos criados para evitar a ocorrência da dissonância interna.....	585
2.3 Função dos embargos de divergência.....	591
2.3.1 Função para além da função legal – função nomofilática.....	592
2.3.2 Importância dos Embargos de Divergência para o sistema.....	599
2.3.3 Necessidade de preservação da coerência <i>versus</i> falta de previsão de vinculação para as decisões emanadas dos Embargos de Divergência.....	603
2.4 Omissão relativa aos Embargos de Divergência no rol dos mecanismos do art. 927 – omissão voluntária ou acidental? Oportunidade perdida pelo legislador.....	606
2.5 Ambiente decisional propício dos Embargos de Divergência para a formação de precedente vinculante.....	608
2.6 Vinculação pelos demais tribunais – característica que não depende, necessariamente, de lei escrita – vinculação decorrente da lógica do sistema.....	610
Referências.....	612

TÍTULO 7

RECURSOS E PRECEDENTES

CAPÍTULO 1

Anwar Mohamad Ali

ALTERNATIVAS À INDEVIDA SUSPENSÃO DE PROCESSOS QUE TRATAM ACESSORIAMENTE DE TEMAS AFETADOS PARA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES.....	617
Introdução e um breve relato sobre Rodrigo Barioni	617
1.1 A suspensão dos processos após admissão do IRDR, IAC, recursos repetitivos ou recurso extraordinário com repercussão geral.....	618
1.2 A suspensão total dos processos em hipóteses versando sobre questões acessórias: análise de três casos concretos	624
1.3 Propostas	627
1.3.1 Julgamento parcial do mérito nos tribunais.....	628
1.3.2 Relegação da discussão para o cumprimento de sentença ou liquidação	629
1.3.3 Interpretação ou tese provisória.....	631
1.3.4 Modulação da suspensão.....	634
Conclusão.....	635
Referências	635

CAPÍTULO 2

Cláudia Aparecida Cimardi

INSTRUMENTOS DESTINADOS ÀS PARTES PARA ARGUMENTAR A NECESSIDADE DA MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORME E DOS PRECEDENTES	639
Introdução.....	639
2.1 O sistema híbrido de exercício da função uniformizadora dos Tribunais Superiores: a jurisprudência e os precedentes	640
2.2 Os mecanismos destinados à argumentação da mudança dos precedentes gerados pelas técnicas de uniformização	647
Conclusões	659
Referências	660

CAPÍTULO 3

Guilherme Toshihiro Takeishi

A RECLAMAÇÃO E SUAS FUNÇÕES TÍPICAS E ATÍPICAS À LUZ DA CULTURA DE RESPEITO AOS PRECEDENTES	663
O Homenageado: Professor Rodrigo Barioni	663
Notas introdutórias.....	664
3.1 O sistema de precedentes do CPC/2015.....	667

3.2 Reclamação: breves notas sobre a natureza jurídica e procedimento	670
3.3 Hipóteses de cabimento da reclamação	674
3.3.1 Preservação da competência do tribunal.....	675
3.3.2 Garantia da autoridade da decisão do tribunal.....	676
3.3.3 Observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do STJ em controle concentrado de constitucionalidade.....	676
3.3.4 Observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, recursos extraordinário ou especial repetitivos ou de incidente de assunção de competência.....	677
3.4 As funções contemporâneas da reclamação.....	677
Conclusão.....	682
Bibliografia	682

CAPÍTULO 4

Maria Lúcia Lins Conceição

João Ricardo Camargo

O PAPEL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO SISTEMA DE PRECEDENTES	685
Introdução	686
4.1 A função dos embargos de declaração no sistema de precedentes	688
4.2 A utilização dos embargos de declaração como instrumento de aprimoramento dos precedentes	693
Conclusão.....	695
Bibliografia.....	695

TÍTULO 8

TUTELA DIFERENCIADA E RECURSOS

CAPÍTULO 1

Geraldo Fonseca

Rodolpho Vannucci

RODRIGO BARIONI, OS RECURSOS E O PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	699
1.1 Sobre Rodrigo Barioni, e sua atração pelos procedimentos especiais e pelos recursos.....	699
1.2 Os procedimentos especiais no atual momento histórico	701
1.3 O procedimento especial de dissolução parcial de sociedade.....	705
1.3.1 As hipóteses de dissolução parcial.....	705
1.3.2 Os possíveis objetos da ação de dissolução de sociedade.....	707
1.4 Os recursos cabíveis contra as decisões de primeira instância	707

1.5 A decisão que dissolve parcialmente a sociedade: interlocutória agravável ou sentença apelável?	708
1.6 E quanto à decisão que encerra a apuração de haveres: interlocutória agravável ou sentença apelável?	712
Referências	714

CAPÍTULO 2

Luiz Manoel Gomes Junior

Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz

O SISTEMA RECURSAL E A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PONTOS DE CONVERGÊNCIAS E DE DIVERGÊNCIAS COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	719
Introdução - As alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 e a aprovação de uma Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	720
2.1 Possibilidade do uso do agravo de instrumento.....	720
2.2 Os recursos na Lei de Improbidade e a ausência do reexame necessário	722
2.3 Preparo, Custas e Despesas Processuais na Lei de Improbidade.....	726
2.4 Atuação do colegitimado – limites no Sistema Recursal	729
2.5 Recurso Especial e a repercussão geral da questão federal presumida.....	731
Conclusões	732
Bibliografia	733

CAPÍTULO 3

Rita Vasconcelos

A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	735
Bela e justa homenagem.....	735
Introdução.....	736
3.1 Os procedimentos relativos às ações de família.....	738
3.2 As decisões interlocutórias de mérito proferidas nas ações de família.....	740
3.3 A recorribilidade das decisões interlocutórias de mérito. Regime diferenciado do recurso de agravo no tocante ao efeito suspensivo e à possibilidade de sustentação oral.....	741
3.3.1 Sobre a concessão de efeito suspensivo.....	743
3.3.2 Sobre a possibilidade de sustentação oral.....	745
3.4 A incidência da fungibilidade no subsistema recursal. Nova hipótese de dúvida objetiva sobre o cabimento de agravo ou de apelação.....	747
Conclusões	752
Referências	752

CAPÍTULO 4**Roberta Dias Tarpinian de Castro**

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM FACE DE DECISÃO QUE INDEFERE A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - INTERPRETAÇÃO À LUZ DO ART. 331, CPC.....	755
Introdução.....	756
4.1 Conteúdo dos pronunciamentos judiciais	757
4.2 Natureza da decisão que indefere a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	761
4.3 O agravo de instrumento em face da decisão interlocutória que indefere a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	765
4.3.1 Efeito regressivo.....	765
4.3.2 Efeito devolutivo.....	766
Conclusão	770
Bibliografia	771